

1941 – AMEAÇA DE GUERRA PAIRA SOBRE TIMOR

Em 4 de Novembro de 1941, Anthony Eden¹ convoca o embaixador português em Londres, Armindo Monteiro, declarando que lhe vai colocar «um caso de grande seriedade». A mais de um mês do ataque japonês a Pearl Harbour, é firme a convicção do governo britânico sobre a iminência da eclosão da guerra no Pacífico. Nesta quase certeza, Eden faz ver a Monteiro como a posição de Timor, uma vez ocupada por tropas japonesas, constitui uma ameaça fatal para a segurança da Austrália, pelo que o governo de Sua Majestade, entendendo que a aliança anglo-lusa assim o consente, formula as seguintes questões:

1. Que atitude tomaria o governo português no caso de ataque ou ocupação de Timor por forças japonesas?
2. Em tal hipótese, está o governo português disposto a aceitar a ajuda britânica?
3. Supondo favorável a resposta às questões anteriores, não haveria vantagem em aproveitar a presença em Londres de oficiais portugueses para o estudo de uma acção comum?

E Eden conclui pedindo urgência nas respostas.²

A resposta, preparada em apenas três dias, reflecte com perfeição a mentalidade de Salazar em matéria de defesa. Agarrando-se ao compêndio de história e às glórias de quatro séculos no Extremo-Oriente, manda dizer o seguinte:

Como em relação a qualquer outra parte do território nacional, o governo português resistirá pela força, e até ao extremo limite desta, contra agressão japonesa à colónia de Timor; sendo reduzidos os meios portugueses de defesa, e dada a intenção de resistência, o governo de Lisboa não só aceita a ajuda britânica, como a espera em virtude da aliança, tanto mais que, não havendo hostilidade nipónica contra Portugal, o ataque a dar-se será consequência deste ser aliado da Inglaterra ou será meio de ataque ao Império Britânico; e concorda que se aproveitem para estudo de qualquer plano os oficiais que se encontram em Londres.³

Exprimindo satisfação pela resposta, o *Foreign Office*, dada a urgência que atribui ao assunto, sugere que as conversações militares sejam transferidas para Singapura, de modo a permitir a participação de delegados dos comandos holandeses e australianos. Salazar aceita a sugestão, mas manifesta discordância quanto à presença dos representantes holandeses, pelo facto de da aliança com a Grã-Bretanha não decorrer necessariamente uma aliança com a Holanda.

É extremamente significativo que, no relato que Franco Nogueira, o biógrafo de Salazar, faz desta parte dos acontecimentos, em momento algum seja referida a intenção de reforço da guarnição militar de Timor.

Enquanto decorrem estas diligências diplomáticas, Timor regressa de urgência às prioridades do Estado-Maior do Exército. Com data de 10 de Novembro, é elaborado um *Memorando* com o significativo título “A Colónia de Timor – Sua importância estratégica no

¹ Anthony Eden era o Secretário do *Foreign Office* (equivalente a Ministro dos Negócios Estrangeiros).

² NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Vol. III, pp. 358-359.

³ *Ibidem*, p. 359.

actual momento internacional”.⁴ Das vulnerabilidades decorrentes da sua posição geográfica ressalta esta elucidativa passagem:

Para se ir de Lisboa a Timor e vice-versa necessário é, normalmente, ir a Singapura, a Surabaya (Java) e Koëpang; de Macau a Timor vai-se por Hong-Kong e Macassar; viagens, normalmente, também, de, respectivamente, 40 e 20 dias, pelo menos, quando por barco, e não menos de 10 ou 12, por avião.

Quando o documento passa a analisar a “importância militar” da colónia, fica iniludivelmente patente o conhecimento esclarecido das ameaças e dos riscos que pendem sobre Timor:

Poderemos compreender, agora, como estrategicamente é mais importante hoje do que nunca o Timor português, importância que deriva: [...] do facto de a soberania do território da ilha de Timor ser partilhado por Portugal e a Holanda e o governo deste país não só não ser neutral, no presente conflito, mas ainda estar ligado à política de guerra da Commonwealth britânica (de que a Austrália e a Nova Zelândia fazem parte) e, também, à dos E.U. América; finalmente, da possibilidade, pelas condições materiais de indefeso em que parece se encontra e que não parece fácil improvisar rapidamente [...] e de ser, fácil e rapidamente, ocupada pelas forças de outra potência e, especialmente, pelas dos Holandeses.

O documento prossegue com a descrição pormenorizada da utilidade da ocupação de Timor para ambas as partes em caso de guerra, deixando transparecer a imensa vulnerabilidade em que a colónia se encontra. Nesta data – 10 de Novembro de 1941 –, sendo certo que o receio militar se encontra suficientemente fundamentado, vigora, ainda, a paralisia política e a mais acrisolada fé numa qualquer forma de protecção divina.

O mesmo não se passa no longínquo Timor. O governador da colónia, apercebendo-se do iminente perigo de guerra, envia para Lisboa, em 3 de Dezembro, o telegrama secreto n.º 20, no qual refere:

Situação Extremo-Oriente gravíssima tudo indicando hostilidades devem romper dentro poucos dias. Japoneses têm já grandes concentrações forças navais e tropas desembarque suas bases mais próximas Filipinas e Índias Neerlandesas que adoptaram já todas medidas estado de guerra iminente o mesmo acontecendo Singapura Hong-Kong e Austrália que decretou mobilização novas forças efectivo um milhão de homens. Situação Timor face conflito muito delicada visto extrema dificuldade assegurar neutralidade seu território com meios posso dispor. Austrália segundo declarações feitas reputa essencial segurança seu território e sua linha comunicações com Índias Neerlandesas e Singapura que Timor não possa ser utilizado Japoneses como ponto partida qualquer ataque contra eles, Holandeses têm defesa sua parte ilha organizada prevendo possibilidade ataque Japoneses partir território português tendo já tomado medidas restritivas fornecimento carburantes colónia. Estou convencido Japoneses tentarão apoiar-se Díli ou outro ponto colónia para operações surpresa sobre linha comunicações Austrália se não tentarem mesmo golpe mão sobre território colónia fim assegurar estabelecimento aqui uma base. Holandeses ou sobretudo Australianos sob pretexto necessidade imperiosa evitar vinda Japoneses não hesitarão diante conveniência ocupar Timor ou parte seu território nomeadamente Díli. Reputo indispensável vinda urgente

⁴ AHM, 2.ª Div. - 9.ª Sec. - Cx. 1 - N.º 2.

para Timor navio de guerra assegurar defesa contra qualquer surpresa do exterior e para garantir nossa posição neutralidade...⁵

Ferreira de Carvalho dava uma “aula” de geoestratégia para Lisboa, tão evidentes eram os dados do problema. O telegrama é recebido no ministério das Colónias a 4 de Dezembro de 1941 e respondido a 8 do mesmo mês, nos seguintes termos:

Referência seu 20 secreto mesmo guerra seja declarada nosso Estado-Maior Naval é opinião Timor não deve ser de início objecto qualquer ataque. Contudo Holandeses consideram ataque Timor não estaria excluído logo princípio da guerra. Governo fará seguir navio de guerra actualmente Macau caso ele se possa deslocar pois creio tem sofrer reparações. Está Lourenço Marques navio guerra era destinado Timor e que seguirá para ali se o de Macau não puder seguir. Neste caso chegada navio demorará mais algum tempo porque tem entrar doca seca Lourenço Marques. Está armamento Macau destinado Timor caso siga vaso guerra está Macau transportará o que puder. Convém valorizar defesa colónia que aliás governo sabe ter insignificantes meios. **Caso seja atacado tem contudo V.Ex.ª defender colónia com meios possui resistindo limite máximo suas forças.**⁶

Exceptuando a perspicácia do Estado-Maior Naval, a descrição dos meios disponíveis e das suas mazelas não permite a veleidade de qualquer pensamento de natureza imperial. Quanto ao remate de inspiração épica do telegrama, pode lembrar-se que faltavam vinte anos para que idêntica recomendação fosse feita, em circunstâncias análogas, ao governador da Índia Portuguesa, prestes a ser invadida pelas tropas indianas. Não era, portanto, um devaneio fortuito. Tratava-se mesmo de um comportamento padrão, apoiado nas *soluções heróicas* preconizadas por Salazar.

O telegrama prosseguia, depois, dando conhecimento das conversações relativas ao auxílio de tropas holandesas e australianas:

Estão aprazadas governo inglês conversações acerca defesa nossas possessões Oriente quadro geral defesa domínios ingleses holandeses. Nossa vizinhança em Timor com Holanda aconselha oficial português delegado referidas conversações se entenda com representante holandês acerca problemas interessam defesa local. Assunto tratado com governo holandês. Do que se passar será V.Ex.ª informado. Este assunto completamente reservado e V.Ex.ª se vier a ser abordado acerca dele deve mostrar-se desconhecedor. É de crer Holandeses concentrem tropas fronteira perspectiva ajudar-nos repelir ataque. Concentração não deve neste caso ser motivo apreensões. Não convirá abrir estrada facilite comunicação Timor português holandês? Para hipótese de ajuda holandesa sendo nós atacados por Japão seria mais pronta eficiente havendo vias ligação.⁷

O abandonado governador de Timor, no seu *Relatório dos Acontecimentos de Timor*, expressa bem o desalento que lhe causam estas instruções, registando os seguintes comentários:

Por esta comunicação fiquei inteirado de que:

1.º O governo esperava que o nosso território não fosse de início objecto de qualquer ataque, baseado na opinião do nosso Estado-Maior Naval;

⁵ CARVALHO, Manuel A. F., *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-1945)*, p. 83.

⁶ *Ibidem*, p. 84. Sublinhado nosso.

⁷ *Ibidem*, pp. 84-85.

2.º Os Holandeses não manifestavam essa mesma opinião, o que era natural pelo receio enorme em que estavam de que esse ataque se desse, pela desconfiança que tinham da nossa atitude, e porque lhes convinha, para os desígnios que já tinham, fazer crer que tal ataque por parte dos Japoneses estava iminente;

3.º Que não podia contar em breve tempo com qualquer auxílio, por isso que os dois navios de guerra que podiam vir para Timor se encontravam um em Macau, a nove dias de viagem e carecendo de reparações que se não sabia se podiam fazer-se e quanto tempo levariam, e o outro em Lourenço Marques, a mais de vinte dias de viagem e tendo, antes de partir, de entrar em doca seca;

4.º Que o reforço de armamento destinado à colónia (20 metralhadoras e 8 morteiros), partido de Lisboa em Março de 1940 e Agosto de 1941, se encontrava em Macau – uma parte, pois o resto ainda estava em Moçambique – e que só viria o que pudesse ser transportado por ele, se o navio de guerra de Macau viesse para Timor;

5.º Que o governo sabia que a colónia tinha insignificantes meios de defesa, mas que convinha valorizar essa defesa (com quê, Santo Deus, se eu não tinha armamento e não tinha munições que merecessem a mais pequena confiança, não tinha material utilizável de qualquer espécie, não tinha ferramentas e nem mesmo me tinham mandado os sargentos e furriéis que tinha pedido?!);

6.º Que estavam apazadas conversações com o governo inglês e com o governo holandês sobre a defesa das nossas possessões do Oriente no quadro geral da defesa dos domínios ingleses e holandeses, e que havia um oficial português delegado a essas conversações, sendo, porém, este assunto absolutamente reservado e devendo eu, governador da colónia, mostrar-me desconhecedor dele se sobre ele viesse a ser abordado, não me sendo, portanto, permitida qualquer iniciativa;

7.º Finalmente, que, se a colónia fosse atacada, tinha de a defender com os meios que possuía, resistindo ao limite máximo das forças que dispunha.

Mas quais eram esses meios e essas forças? Uma companhia indígena de caçadores, onde faltavam oficiais e faltavam sargentos, e que não tinha o mais pequeno valor como elemento tático, por falta de material de toda a espécie e pela péssima qualidade do pouco de que dispunha; e um pelotão de polícia da fronteira, comandado por um sargento, com pessoal que era razoável para o serviço que tinha a desempenhar, mas que era já velho e tinha pouca instrução útil para serviço de campanha, e com material (carabinas e espadas) que para nada mais servia do que para meter medo a indígenas.⁸

Mais adiante, o governador Ferreira de Carvalho acrescenta ao seu relatório outros elementos com influência no moral dos europeus que se encontravam em Timor:

Numa colónia em que a grande massa da população não indígena era de descontentes, que há muitos anos parecia só ter como destino o ser uma colónia penal, para onde se mandavam criminosos ou deportados políticos, em que uma grande parte do funcionalismo superior considerava como um castigo a sua permanência ali, onde todo o pessoal era mal pago e a grande maioria vivia já com dificuldades materiais, era impossível manter a população consciente num estado de espírito que não fosse influenciado por ideologias que muito afectavam um são e incondicional patriotismo, e fazer com que essa população se conformasse e agisse apenas dentro da orientação que o Governo da Nação desse e que, no seu

⁸ *Ibidem*, pp. 85-86.

território, o governador da colónia seguisse, em conformidade com os altos interesses da Nação.⁹

O conceito de *Império Colonial*, que, pretendendo alardear uma ideia de grandeza e prosperidade, ganhara força constitucional, através do *Acto Colonial*, apresentava nichos de uma inconcebível indigência estratégica. Não por falta de meios, mas sim por um misto de irresponsabilidade e contenção de despesas, dificilmente inteligíveis.

E, no entanto, para assegurar a neutralidade do território timorense, bastaria colocar na colónia, em devido tempo, uma força da ordem dos dois batalhões de infantaria, reforçados com as armas pesadas do escalão Regimento, e duas baterias de artilharia de montanha. Essas unidades, com os elementos de apoio de combate e apoio de serviços adequados, estariam em condições de criar nos vizinhos aliados e no Japão a ideia de que na colónia não existia nenhum vazio estratégico, pelo que nada haveria a opor ao respeito da sua condição neutral. Para completar o dispositivo português em Timor, num teatro de operações previsivelmente aeronaval, justificar-se-ia, ainda, a presença de uma unidade naval e alguns meios aéreos de reconhecimento.

Se a ideia de não mover um soldado foi em nome do equilíbrio orçamental, então, os acontecimentos que se seguiram foram de um custo exorbitante.

David Martelo – 2013

⁹ *Ibidem*, p. 88.